

DE NOVO, A EUROPA

A CRISE DE 1735

Nuno Gonçalo Monteiro

A IMAGEM DO REINADO DE D. JOÃO V desde o fim da Guerra da Sucessão de Espanha como um longo período de paz política e militar é, em termos gerais, relativamente indiscutível. No entanto, convirá não esquecer a complexidade e as tensões que sempre caracterizaram as relações com o grande vizinho ibérico, os factores de conflito que com as suas forças se foram esboçando nos territórios sul-americanos e, por fim, outros mais remotos envoltimentos militares portugueses.

A intervenção naval no Mediterrâneo, onde o avanço turco ameaçava sobretudo o Império e envolvia imensas mobilizações de homens, mas atingia também a península italiana, fez-se por solicitação do papado e inscreve-se nos contínuos esforços de intervenção diplomática junto da Santa Sé que caracterizaram o reinado joanino. Depois de uma tentativa gorada no ano anterior que envolveu cerca de meia dúzia de embarcações, algumas naus portuguesas participaram em Julho de 1717 na Batalha do Cabo de Matapão (na península grega), na qual as forças cristãs derrotaram as turcas. Cerca de um mês depois, as forças imperiais, nas quais participavam individualmente portugueses e o próprio infante D. Manuel, retomariam, aos Turcos, Belgrado. A coincidência destas vitórias da Cristandade seria, depois, amplamente celebrada no reino. Constituíram, para todos os efeitos, um episódio singular de intervenção portuguesa em cenários de guerra europeus.

Muito mais próxima e ameaçadora, pelas suas potenciais consequências, foi uma guerra que nunca chegou a existir no continente, mas que pairou sobre a fronteira portuguesa já numa etapa bem mais avançada do reinado joanino (1735) e teve efectivos desenvolvimentos militares no continente sul-americano. Geralmente, são duas condicionantes que se costumam invocar para justificar este inusitado confronto. Por um lado, as tensões dentro da família real espanhola, designadamente, entre o príncipe das Astúrias, genro de D. João V, com quem teria comunicação privilegiada, e presuntivo sucessor da Coroa de Espanha, e a sua madrasta, a rainha Isabel de Farnésio, zelosa das aspirações do seu filho Carlos de Bourbon. E, por outro, as tensões entre portugueses e espa-

nhóis no rio da Prata e, mais concretamente, na colónia do Sacramento.

Nos seus primórdios, tratou-se de um clássico conflito diplomático envolvendo as embaixadas e as «famílias» (criados) dos embaixadores. Em domingo de Carnaval (Fevereiro de 1735) alguns criados do ministro plenipotenciário de Portugal em Madrid, Pedro Alvares Cabral, alcaide-mor de Belmonte, participaram com a multidão na libertação de um detido pelos soldados da guarnição de Madrid, refugiando-se depois com ele na residência do ministro português. Segundo este invocou depois às autoridades espanholas às quais participou a ocorrência, terá de imediato mandado expulsar o preso e os criados que o tinham albergado. No entanto, esta iniciativa não sanou o conflito, pois dois dias depois cerca de uma centena de homens penetraram na residência do ministro português onde prenderam 17 pessoas. Considerando violadas as imunidades diplomáticas, Pedro Álvares Cabral participou enfaticamente a ocorrência para a corte portuguesa. Nesta, a questão foi recebida com cunho de indiscutível gravidade, pois que se considerava a ocorrência feita ao representante do rei de Portugal «um insulto tão inaudito, nunca executado ainda pelas nações mais bárbaras, desprezado o direito das gentes, quebrada a imunidade do seu ministro, ultrajado o seu respeito, desatendidas as duplicadas alianças destas duas coroas» (cit. Cortesão, 1984, 553). Depois de cerca de um mês de consultas e reuniões, a corte portuguesa optou pela retaliação, mandando invadir a embaixada espanhola e prender uma dúzia dos seus criados. Seguiu-se o corte das relações diplomáticas entre os dois países, que mandaram regressar os respectivos representantes.

A situação de guerra na fronteira luso-espanhola esteve iminente, embora nunca chegasse a ser declarada. É certo, no entanto, que os preparativos militares se intensificaram, prevendo-se a mobilização de algumas dezenas de milhares de homens do lado português, multiplicando-se as reuniões do Conselho de Guerra e nomeando-se novas chefias militares, designadamente para o Alentejo. Falta ainda avaliar o impacto a prazo